



ANO 26 - NÚMERO 304 DE 29/01 A 04/02/2021

PACTU

Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava



Funcionários do BB paralisam atividades contra a reestruturação



Uma série de manifestações e protestos vem sendo realizada pelos funcionários do Banco do Brasil desde o anúncio, feito pela direção do banco, de um plano de “reestruturação” que prevê o fechamento de agências em todo o país e a demissão de 5 mil bancários. A Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), junto com a Contraf-CUT e os sindicatos, já organizou mobilizações nas redes sociais, abaixo-assinado e reuniões nos locais de trabalho para fortalecer a luta contra a “reestruturação”. Uma das principais atividades aconteceu nesta sexta-feira (29) com a paralisação das atividades no BB em todo o país, durante 24 horas. A atividade foi aprovada pelos funcionários e foi uma forma de demonstrar o descontentamento da categoria com as mudanças propostas. As paralisações nas agências representadas pelo Sindicato de Guarapuava duraram o dia todo, enquanto que nas bases dos sindicatos de Campo Mourão, Paranavai e Umuarama/Assis Chateaubriand, os bancários do BB optaram pelo retardamento da abertura das agências até as 12h.

O movimento sindical denuncia que, por trás da suposta “reestruturação”, está a intenção do governo Bolsonaro de sucatear o Banco do Brasil para justificar a sua privatização. Isso representaria um prejuízo

econômico e social inestimável para o país, que ficaria sem o seu principal agente financiador da agricultura e das micro e pequenas empresas. “O fechamento de agências, deixando muitas cidades sem os serviços do banco, já seria algo inaceitável, mas junto com isso vem o que consideramos ainda pior, que é o rebaixamento salarial de centenas de funcionários ocupantes da função de caixa e a demissão de milhares de bancários num momento em que o país atravessa uma crise econômica sem precedentes na história, agravada pela pandemia da covid-19”, alerta o bancário Luis Marcelo Legnani, diretor do Pactu em Campo Mourão.

A paralisação de 24 horas teve por objetivo, ainda, chamar a atenção das autoridades e da sociedade em geral, para que participem e apoiem a luta dos bancários contra o sucateamento do Banco do Brasil. “Essa luta deve ser de todos”, argumenta Legnani. Segundo ele, a população deve se conscientizar que “o governo que não se importa em proteger o povo durante a pandemia é o mesmo que quer destruir o Banco do Brasil, demitir seus funcionários e reduzir ao máximo a prestação de serviços à população mais carente, principalmente no interior do Brasil”. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Bancários cobram a volta do home office

Em reunião virtual marcada para o dia 02/02 com a Fenaban, o Comando Nacional dos Bancários vai discutir a adoção de medidas preventivas para proteger a categoria diante da segunda onda da covid-19, que atinge todo o Brasil. Um dos pontos a ser tratado no encontro será a retomada e mesmo a ampliação do *home office*, que deixou de ser adotado por alguns bancos. Para o movimento sindical, essa é uma medida

que se faz necessária diante da comprovação de que a segunda onda da pandemia está com um nível de contágio muito mais elevado e, se não forem tomadas as medidas de proteção, a tragédia pode ser grande. O Comando vai alertar a Fenaban de que “os bancos que não levarem em conta a gravidade do momento podem ser responsáveis pelo aumento da doença e do número de mortes na categoria. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Contraf-CUT completa 15 anos

No dia 26/01, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) completou 15 anos. Resultado da luta e do aprimoramento da organização sindical bancária e da retomada das entidades sindicais pelos trabalhadores, no início dos anos 1980, a Contraf-CUT conta com oito federações e 108 sindicatos associados, coordena o Comando Nacional dos Bancários e representa 94% da categoria em todo o Brasil.

“Essa enorme representatividade é resultado das lutas e da presença de nossas entidades filiadas no dia a dia dos trabalhadores”, lembrou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

Leia mais informações sobre este assunto em www.contrafcut.com.br

Santander

Funcionários conquistam adiamento da compensação de horas negativas



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander negociou o adiamento do início da compensação das horas negativas, inicialmente previsto para janeiro. O novo prazo, inicialmente indicado para março, está condicionado a análise futura das condições da pandemia do coronavírus, com a possibilidade de nova prorrogação.

A proposta para um Acordo Aditivo com o adiamento da compensação será submetida a análise e aprovação dos bancários do Santander, por meio de assembleias virtuais, nos próximos dias. A proposta amplia o período para a compensação de 12 para 18 meses, sendo vetado desconto em folha de pagamento até encerrado este prazo. Em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria, também é vetado o desconto das horas não compensadas. Leia mais em www.pactu.org.br.

Impeachment de Bolsonaro já é defendido pela maioria da população



No domingo, dia 24 de janeiro, enquanto milhares de pessoas saíam em carreatas nas principais capitais e nas maiores cidades brasileiras, pedindo o impeachment do presidente Jair Bolsonaro, o instituto Atlas divulgou pesquisa apontando que esse é o desejo de 53% da população. O aumento no número de brasileiros que apoiam o afastamento do presidente se explica por uma série de motivos.

Já se passaram mais de dois anos e o governo Bolsonaro se mostra incapaz de resolver os problemas da economia no país. A situação se agravou com a pandemia da covid-19.

Os indicadores econômicos e sociais são os piores dos últimos dez anos. O desemprego está em alta e o corte de investimentos sociais, inclusive do Bolsa Família, somado ao fim do Auxílio Emergencial, devolveu milhões de famílias para baixo da linha de pobreza. Os preços dos principais alimentos dispararam e setores como educação e saúde perderam investimentos. O descaso com o meio ambiente também pesa nessa balança.

Porém, na opinião da maioria, o principal erro de Bolsonaro foi a postura desastrosa e irresponsável durante a pandemia do novo coronavírus. Com atitudes negacionistas, Bolsonaro ignorou os alertas dos cientistas, contribuiu para a proliferação da doença e é apontado como responsável pela situação dramática em que se encontra o país: mais de 220 mil mortes, UTIs superlotadas e incertezas

sobre quando todos os brasileiros serão vacinados. O auge do descontentamento se dá com a situação em Manaus, onde dezenas de pessoas já morreram sufocadas por falta de oxigênio. Ao invés de enviar ajuda, Bolsonaro despachou para o Amazonas uma comitiva liderada pelo ministro da Saúde, general Pazuello, com a função de divulgar a cloroquina como tratamento preventivo.

O descrédito do governo Bolsonaro é cada dia maior. Na avaliação de respeitados analistas políticos, médicos e cientistas, essa prática configura charlatanismo e por si já justificaria o impeachment.

No Congresso Nacional há mais de 60 pedidos de impeachment de Bolsonaro. Um deles é assinado por mais de 400 entidades civis. As denúncias são as mais variadas. Vão desde crimes ambientais, postura indecorosa e irresponsável durante a pandemia, violações de direitos humanos, ameaça à democracia, interferência na Polícia Federal, até falsidade ideológica. Até agora, apenas 4 pedidos foram avaliados e arquivados na Câmara dos Deputados. Outros 57 estão engavetados.

Mas enquanto os parlamentares se omitem ante dezenas de crimes imputados ao presidente, a pressão popular pelo impeachment só tende a crescer e ganhar força nas ruas em todo o país. A CUT, demais Centrais e as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo deliberaram pela união de todos os setores e segmentos civis e políticos que defendem o impeachment. Leia mais em www.pactu.org.br

Sem o auxílio emergencial, desemprego e fome aumentam e a economia despenca

O cenário de agravamento da pandemia do novo coronavírus no Brasil acende um alerta para a importância de programas sociais de distribuição e garantia de renda para os brasileiros. Milhões de pessoas ficaram, estão ou ficarão sem emprego nos próximos meses. Encerrado em dezembro de 2020 pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), o auxílio emergencial, inicialmente de R\$ 600,00 e posteriormente rebaixado para R\$ 300,00, ainda que de valor pequeno, foi a garantia de sobrevivência de 67,9 milhões de



pessoas e uma tábua de salvação na geração de empregos formais. Com o fim do auxílio, a situação econômica e social do país fica ainda mais caótica. Leia mais em www.cut.org.br

2º turno da eleição no Caref Pactu reafirma apoio à Débora Fonseca



Os sindicatos do Pactu estão reforçando o apoio à Débora Fonseca, **F2331616**, no segundo turno da eleição para representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil (Caref). No primeiro turno, Débora foi a primeira colocada, com 10.907 votos (43% dos votos válidos), bem à frente do segundo colocado, que obteve pouco mais de 2.200 votos.

Candidata à reeleição, nos dois anos de mandato Débora fez o contraponto às teses privatistas no Conselho de Administração e participou de inúmeras atividades em defesa do BB como instituição pública. Débora Fonseca dará continuidade a essa luta. Ela é contra a privatização e o enfraquecimento do BB e contra a venda de suas subsidiárias. No plano de reestruturação do banco, anunciado pela direção do BB na semana passada, a candidata se manifestou contrária à medida, considerada uma forma de desmontar o BB enquanto banco público.

Por ser a melhor opção para defender os interesses dos funcionários no Caref, Débora tem o apoio do Pactu, assim como da Contraf-CUT e da grande maioria dos sindicatos de bancários do país. O segundo turno será entre 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

Caixa

Empregados conquistam avanços nas negociações da promoção por mérito

A Comissão Paritária da Promoção por Mérito aprovou em consenso a distribuição linear de um delta (promoção por progressão na carreira) para todos os empregados da Caixa que não possuem impedimentos em 2020 previstos no RH 176. A decisão, baseada na primeira proposta dos empregados, aconteceu durante a reunião da Comissão no dia 25/01.

A Caixa propôs um segundo delta, que será distribuído para os empregados que atingirem a avaliação Excepcional no ciclo 2020 da Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), de forma global entre os empregados e não por unidade. Leia mais em www.pactu.org.br